

**IX ENCONTRO INTERNACIONAL DO
CONPEDI QUITO - EQUADOR**

**CONSTITUCIONALISMO ECONÔMICO, VIVER BEM
E PÓS-DESENVOLVIMENTO**

MARCOS LEITE GARCIA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSC – Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul)

Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

C756

Constitucionalismo Econômico, Viver Bem e Pós-Desenvolvimento [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UASB

Coordenadores: Raul Llasag Fernández; Marcos Leite Garcia – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-673-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Pesquisa empírica em Direito: o Novo Constitucionalismo Latino-americano e os desafios para a Teoria do Direito, a Teoria do Estado e o Ensino do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. IX Encontro Internacional do CONPEDI (9 : 2018 : Quito/ EC, Brasil).

CDU: 34



IX ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI QUITO - EQUADOR

CONSTITUCIONALISMO ECONÔMICO, VIVER BEM E PÓS- DESENVOLVIMENTO

Apresentação

O IX Encontro Internacional do CONPEDI, que aconteceu nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2018, na cidade de Quito, no Equador, realizado na Universidade Andina Simón Bolívar (UASB) e com apoio do Instituto de Altos Estudos Nacionais (IAEN) e da Pontifícia Universidade Católica do Equador (PUC-Ecuador), teve como tema central a Pesquisa empírica em Direito: o Novo Constitucionalismo Latino-americano e os desafios para a Teoria do Direito, Teoria do Estado e o Ensino do Direito, sendo desdobrado nos seguintes vários eixos como: o Novo Constitucionalismo Latino-Americano; os Direitos da natureza; a plurinacionalidade e a interculturalidade; a cultura jurídica e educação constitucional; a Participação e a democracia no continente americano; as diversidades étnicas e culturais e gênero; a organização do poder e o presidencialismo e, por último o tema da presente coletânea de trabalhos: Constitucionalismo econômico viver bem e pós-desenvolvimento.

O Grupo de Trabalho 10, intitulado Constitucionalismo econômico viver bem e pós-desenvolvimento, contou com a apresentação de 19 trabalhos divididos pelos menos dois eixos temáticos propostos. Na questão do constitucionalismo os debates foram relativos aos temas da fundamental intervenção do Estado nas relações econômicas que tiveram sua origem no constitucionalismo social de todo o Século XX e que com a influencia atual do neoliberalismo que promove a diminuição de sua função interventora. Assim com o florescer do Novo Constitucionalismo Latino-Americano o Estado de forma determinante volta a ter uma participação mais ativa no sistema econômico. Assim foram debatidos questões como: a proteção constitucional no Brasil dos idosos superendividados; a instrumentalidade das empresas públicas à luz da constituição brasileira; a expropriação de fato das terras indígenas pela contaminação com agrotóxicos; a regulação das companhias aéreas no Brasil com relação ao transporte de bagagens; o comércio justo no Equador e Direitos Humanos como fruto do acordo com a União Europeia; heurísticas de ancoragem e fixação de danos morais em juízos de pequenas causas no Rio de Janeiro; revolução industrial 4.0 e a necessidade de utilização de seus mecanismos para potencializar o trabalho como direito humano; regime alimentar moderno colonial na escassez e na abundância; sociedade de consumo e consumismo como desafios da contemporaneidade. Sobre o segundo bloco de trabalhos com temas mais relacionados às novas constituições Latino-americanas, especialmente com o reconhecimento dos princípios do bem viver, dos direitos da natureza e

o pós-desenvolvimento, os trabalhos apresentados foram sobre as questões: bem-viver frente o modelo capitalista de produtivismo extrativista; desregulamentação do capital transnacional na comunidade andina; princípio da prevenção em um ambiente de necessidade de estruturação do decrescimento; o caminho para o bem comum a partir dos deveres e direitos fundamentais; reflexões sobre os direitos humanos e o bem-viver como um fundamentos do Novo Constitucionalismo Latino-Americano; serviços públicos no constitucionalismo equatoriano.

Assim, como comemoração dos dez da Constituição equatoriana de 2008 e como também homenagem a divulgação de forma mundial da maneira de se relacionar com a natureza chamada de bem-viver, os presentes artigos do Grupo de Trabalho que aqui apresentamos merecem a leitura. A partir dos debates ficou estabelecido que a utopia de um outro mundo possível é representada pelo Novo Constitucionalismo Latino-Americano e pelo bem-viver. O constitucionalismo transformador e egocêntrico latino-americano, de modo particular, nos Andes, a partir do qual ocorre uma revolução paradigmática do Direito, a partir do giro ecocêntrico, mediante a constitucionalização dos direitos da natureza (Pachamama) e da cultura do bem-viver, sob a inspiração da cosmovisão andina, necessariamente inicia sua divulgação mundial, a partir das novas da Constituição do Equador em 2008, e depois da Bolívia em 2009, a prevalência da cultura da vida e da significativa relação de interdependência entre todos os seres vivos, pautada em novos valores da harmonia, desconhecidos da sociedade capitalista ocidental tradicional. A partir deste novo paradigma ecocêntrico, as inovações sobre o tratamento jurídico da natureza e suas políticas públicas, segundo a proposta do bem-viver, diferentes entre si, no Equador (Sumak Kawsay) e na Bolívia (Suma Qumaña), assim como suas irradiações para o mundo, em especial, sua influência sobre essa nova visão de mundo.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Raul Llasag Fernández - UCE (Equador)

Marcos Leite Garcia - UNIVALI (Brasil)

DESENVOLVIMENTO E PROCESSO DE COLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA: CONSTRUÇÕES CRÍTICAS DESDE O IMPERIALISMO E OS EFEITOS DA REVOLUÇÃO VERDE.

DESARROLLO Y EL PROCESO DE COLONIALIDAD EN AMÉRICA LATINA: CONSTRUCCIONES CRÍTICAS DESDE EL IMPERIALISMO Y LOS EFECTOS DE LA REVOLUCIÓN VERDE.

**Evilhane Jum Martins
Jerônimo Siqueira Tybusch**

Resumo

O artigo trata das tensões existentes entre centro-periferia e as influências do imperialismo para manutenção de um sistema de dependência econômica. Analisa os principais efeitos da Revolução Verde no âmbito da América Latina e os reflexos no processo desenvolvimentista Latino-Americano. A questão central de pesquisa é: “Em que medida os paradigmas impulsionadores do processo de colonialidade, como a Revolução Verde, contribuíram para a formação de um sistema de dominação e dependência de racionalidade Imperialista? A abordagem metodológica é a perspectiva sistêmica, os procedimentos foram a pesquisa bibliográfica e documental. A técnica cingiu-se na construção de fichamentos e resumos estendidos.

Palavras-chave: Desenvolvimento, América latina, Colonialidade, Revolução verde, Imperialismo

Abstract/Resumen/Résumé

El artículo trata de las tensiones existentes entre centro-periferia y las influencias del imperialismo para mantener un sistema de dependencia económica. Analiza los efectos de la Revolución Verde en el ámbito de América Latina y los reflejos en el proceso desarrollista Latinoamericano. La cuestión central de investigación es: ¿En qué medida los paradigmas impulsores del proceso de colonialidad (Revolución Verde) contribuyeron a la formación de un sistema de dominación y dependencia de racionalidad imperialista? El enfoque metodológico es la perspectiva sistémica, los procedimientos fueron la investigación bibliográfica y documental. La técnica se ceñía en la construcción de fichas y resúmenes.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Desarrollo, América latina, Colonialidad, Revolución verde, Imperialismo

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Analizando la génesis de la producción capitalista, digo: En el fondo del sistema capitalista está, pues, la separación radical entre productor e meios de producción... la base de esta evolución es la explotación de los campesinos¹.

A introdução de mecanismos desenvolvimentistas no setor primário, baseado na obtenção de lucros e no atendimento das necessidades do mercado mundial – enquanto perspectiva inserta no mundo capitalista que emergia a partir da metade do século XX – dá início à uma série ações no âmbito internacional que privilegiam a sustentação e a expansão do sistema capitalista, através de estratégias discursivas que visam implantar o desenvolvimento do modo de produção capitalista em países periféricos, surgindo assim o imperialismo.

Em meio ao destoamento existente entre centro-periferia, o imperialismo surge como alternativa para a implantação de um processo de colonialidade, que ganha força através do processo de reprodução de capital baseado na produção primária dos países periféricos enquanto meio de fomento ao mercado mundial incentivado e aprimorado pela Revolução Verde – e a grande dependência de insumos, adubos, herbicidas, pesticidas, fungicidas e agrotóxicos em geral para a maior produtividade e lucratividade na plantação de monoculturas, cujo objetivo em nada contribui para a segurança alimentar: países subdesenvolvidos tornam-se subordinados à grandes corporações em decorrência da perspectiva desenvolvimentista incentivada pelas necessidades socioeconômicas que lhes são características.

Levando em conta tais aspectos, parte-se do pensamento marxiano – pensadores e estudiosos da teoria marxista como um todo e, principalmente de questões relacionadas à economia política desde Marx – afinados e uníssonos nas questões aqui levantadas para que se possa então discutir as interrelações entre o capitalismo global e a colonialidade latino-americana a partir do imperialismo quando impulsionado pela Revolução Verde.

Frente a tais considerações, a presente pesquisa objetiva de modo geral, analisar os principais efeitos advindos da Revolução Verde no âmbito da América Latina, sua contribuição ao processo de colonialidade na era contemporânea e as possíveis digressões à respeito, decorrentes do pensamento marxiano, através de dois grandes capítulos sistematicamente interligados.

¹ Carta de Marx a Vera Zasúlich, 08 de março de 1881. Editada em espanhol em K. Marx – F. Engels, Escritos sobre Rusia. II, México, Cuadernos de Pasado y Presente, num. 90, 1980, PP. 60-61. In DUSSEL, Enrique. El último Marx (1863-1882) y la liberación latino americana. Mexico: Siclo Veintiuno, 1990, p. 238.

Nesse diapasão, a reflexão proposta sustenta-se na seguinte problemática: Levando em conta a situação econômica e política da América Latina, quais os limites e possibilidades dos paradigmas impulsionados pelo processo de colonialidade observado desde o pensamento marxiano, desde a Revolução Verde – impulsionada veementemente pelo imperialismo?

Para responder a este questionamento, a metodologia empregada obedece ao trinômio: Teoria de Base/Abordagem, Procedimento e Técnica. Como Teoria de Base e Abordagem optou-se pela perspectiva sistêmica, utilizando-se autores com visão multidisciplinar e conectando ares do saber como ecologia, ciência política, sociologia e direito. Os procedimentos elegidos foram a pesquisa bibliográfica e documental (em meios físicos e digitais – sites e redes sociais). A técnica empregada foi a construção de fichamentos e resumos estendidos.

1 - O CAPITALISMO GLOBAL, O PENSAMENTO MARXIANO E A COLONIALIDADE LATINO-AMERICANA.

O estudo dos pressupostos da colonialidade latino-americana, os quais figuram como o sustentáculo do capitalismo global, ou ainda como sustentáculo do “globalitarismo²” nas palavras de Milton Santos, possui como fio condutor os acontecimentos contemporâneos que demonstram a situação de dependência que ora se delineará, através das lições advindas de Marx no que diz respeito aos rumos da economia política por meio do capitalismo.

Para tanto, utilizar-se-á interpretações marxianas que concederão suporte para adequar a obra “O Capital” à realidade da América Latina, assim como se realizará, ainda que de forma receosa, interpretações acerca da própria obra.

Diante de tais considerações, inicialmente há que se salientar que em decorrência da unicidade atribuída à ideia de desenvolvimento, decorrente de uma nova colonialidade, faz-se com que os parâmetros eurocêntricos e aqueles provenientes de uma racionalidade puramente econômica – característica própria dos países de primeiro mundo – sejam capazes de difundir unicamente uma visão reducionista da ideia de desenvolvimento, desconsiderando a

² A fim de identificar o globalitarismo enquanto o conjunto de diversas formas totalitárias de imposição ideológica e de dominação em favor do capital, Milton Santos disciplina que o globalitarismo: “São, todas essas, condições para a difusão de um pensamento e de uma prática totalitárias. Esses totalitarismos se dão na esfera do trabalho como, por exemplo, num mundo agrícola modernizado onde os atores subalternizados convivem, como num exército, submetidos a uma disciplina militar. O totalitarismo não é, porém, limitado à esfera do trabalho, escorrendo para a esfera política e das relações interpessoais e invadindo o próprio mundo da pesquisa e do ensino universitários, mediante um cerco às idéias cada vez menos dissimulado. Cabe-nos, mesmo, indagar diante dessas novas realidades sobre a pertinência da presente utilização de concepções já ultrapassadas de democracia, opinião pública, cidadania, conceitos que necessitam urgente revisão, sobretudo nos lugares onde essas categorias nunca foram claramente definidas nem totalmente exercitadas” (SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 27).

diversidade dos aspectos culturais, socioambientais e políticos, de forma que ser desenvolvido é sinônimo da fruição de condições idênticas àsquelas perpetradas no Primeiro Mundo.

De acordo com essa conjectura de ideias, Aníbal Quijano refere que a realidade que está posta advém do erro de se considerar os parâmetros euro-norte-americanos como centrais, únicos e verdadeiros quanto ao dever ser, revelando uma crise da subjetividade contemporânea. O autor refere que há inexistência de homogeneização de tais parâmetros nos próprios territórios euro-norte-americanos: visto que a concretização das benesses de tal ideário de desenvolvimento ocorre tão somente em prol da classe dominante daquelas sociedades, ainda que tal fato não seja capaz de desconsiderar a hegemonia cultural da noção de desenvolvimento imposta por esses países³.

Justamente em virtude dessa padronização do pensamento, é que o final da Segunda Guerra Mundial coaduna-se como o momento propício para difundir paradigmas que visam instituir uma ordem global: o surgimento do fenômeno denominado globalização, cuja significação discursiva consiste na interpretação da mundialização dentro de termos exclusivamente econômicos, privilegiando a eficácia e a competição, e se traduzindo pela mercantilização de todos os aspectos das relações interpessoais.

Dessa forma, identificando-se o fenômeno da globalização como conquista auspiciosa do capitalismo enquanto soberano transnacional das regulações econômicas globais, tem-se que a teoria marxista no que tange ao modo de produção e circulação capitalista, encontra seu ápice até então através deste processo globalitário, ainda que com maior abrangência e complexidade.

Esse processo ajuda-nos a entender porque o colonialismo não é somente um período do nosso passado histórico, mas também uma característica necessária do capitalismo em sua dinâmica de acumulação incessante de capital que implica, inclusive, expansão geográfica para regiões tradicionalmente ocupadas por outros grupos-classes sociais-etnias-povos-nacionalidades. Esses grupos diferentes por suas características étnico-raciais são inferiorizados por ideologias que os tratam como “atrasados”, “subdesenvolvidos”, “pobres” e, deste modo, não se os vê pelas qualidades que lhes são próprias e são tratados com o peso da colonialidade que ainda nos atravessa. Afinal, não se coloniza quem é igual, daí a necessidade de justificar a expansão modernizante-desenvolvimentista do capital inferiorizando previamente o outro, o diferente. Enfim, os grupos-classes sociais-etnias-povos-nacionalidades outros continuam sendo tratados como o eram no período colonial, mesmo depois da independência formal do nosso país. Como bem afirmou o sociólogo peruano Aníbal Quijano para a América Latina: “o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade” (...). Observemos que o que normalmente se chama modernização das regiões para onde o capital se expande é, nada mais nada menos, que sua colonização. Daí falarmos de padrão de acumulação de capital moderno-colonial⁴.

³ QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopia na America Latina*. Lima: Sociedad y Política, 1988, p. 02.

⁴ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. CUIN, Danilo Pereira. *Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): Expropriação, Violência e R- Existência*. 2014, p. 24.

O sucesso do processo de colonialidade descrito pelo referido autor provém do modo de ascensão do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, modo este que consiste sumariamente na substituição dos padrões até então estabelecidos nos relacionamentos interestatais – os quais passam a emoldurar o capitalismo como o único regime capaz de garantir o modelo socioeconômico tido como desenvolvido, tendo como fundamento as conquistas de nações hegemônicas, cujas ações devem ser observadas como referências a serem seguidas por países com características socioeconômicas diferenciadas: o que os torna subdesenvolvidos⁵.

Além da sedimentação dessa divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o empoderamento e autonomia das corporações com a minimização do papel do Estado na economia internacional, bem como a criação de organismos não-estatais na esfera transnacional como forma de legitimar ações em prol da geração do capital através de facilidades atinentes à produção e circulação.

A partir de então, através de tais manobras para manter a estabilidade das relações internacionais entre centro – periferia, o ideal desenvolvimentista se consolida efetivamente não só por meio dos discursos hegemônicos provenientes do centro, mas também por minorias provenientes da periferia que reforçam tais discursos em prol do desenvolvimentismo, levando em conta que a colonialidade se revela como fator positivo para a concentração do capital nas classes minoritárias e abastadas da própria periferia.

O fim da segunda guerra mundial deixa claro a impossibilidade de manutenção do colonialismo e, ao mesmo tempo, a necessidade e elaboração de uma estratégia política para manter sob controle a descolonização, evitando o desencadeamento de guerras de libertação e a conseqüente construção de nações autônomas e que fossem capazes de sacudir, por processos revolucionários profundos, o jugo do imperialismo. Tratava-se de promover uma “transição” para a independência a menos radical possível e que não tocasse nos mecanismos profundos de dependência. Daí porque, em inúmeras nações asiáticas e africanas, os promotores da independência foram as

⁵ Acerca do assunto, Pedro de Araujo Quental assevera que: Escobar (1996) busca compreender o desenvolvimento como um discurso produzido historicamente. O desenvolvimento, assim como o conceito de Terceiro Mundo, é compreendido pelo autor como uma representação social formulada no período Pós-Segunda Guerra Mundial, justificando, então, a aplicação de programas e políticas econômicas em países ditos “subdesenvolvidos”. Quando pensamos que “temos que nos desenvolver”, afirma Escobar (1996), este fato constata a vigência de uma ideia de desenvolvimento naturalizada nos nossos modos de sonhar, pensar e de ser. Isto ocorre na medida em que regiões do mundo como África, Ásia e América Latina foram inventadas a partir de um profundo processo simbólico e material como sendo subdesenvolvidas: fomos “inventados como subdesenvolvidos”, afirma o autor (Escobar, 2009:26). Nesse sentido, para Escobar a ideia de “desenvolvimento” deve ser vista como uma invenção geopolítica que tem por objetivo localizar indivíduos, grupos e territórios como “não-desenvolvidos” ou “subdesenvolvidos”, legitimando, assim, ações de suposto combate a essa condição (QUENTAL, Pedro de Araujo. Dilemas da integração regional na América do Sul: a lógica territorial da IIRSA e suas implicações socioespaciais. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131013100118/Quental_trabalho_final.pdf - Acesso em 22 de novembro de 2015 – p. 06).

próprias potências coloniais entregando o Estado àquela classe autóctone que fosse sensível “aos valores da civilização ocidental”. É nesse espaço que contingentes camponeses, maioria absoluta da população, representam um papel estratégico para o imperialismo. Seu domínio, sua inquietação e exclusão da participação política e sua gradativa articulação ao mercado sob a égide do capital são garantias de uma transição “pacífica”⁶

Inaugurando uma nova fase de expansão e dominação pelo capitalismo, o imperialismo teria o condão de integrar a circulação do capital por meio da aproximação entre corporação e Estado. Assim define Theotonio dos Santos quando afirma que após a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo contemporâneo caracteriza-se por uma grande integração do sistema capitalista mundial cuja base é “*el amplio desarrollo de la concentración, conglomeración, centralización e internacionalización del gran capital monopolístico, que se cristaliza en las corporaciones multinacionales, células de esse proceso, y en el aumento y profundización del vínculo entre el monopolio y el Estado*”⁷.

Interessante observar que o triunfo global do capitalismo com a Guerra Fria, e a conseqüente derrocada de projetos alinhados com a perspectiva socialista e comunista, alicerça as políticas neoliberais provenientes do imperialismo que se solidificam e se expandem através do globalitarismo que não só integra o sistema capitalista como também concretiza a integração do processo de colonialidade inter, intra e transnacional.

A dualidade de integrações – no sistema capitalista e em contraposição no processo de colonialidade – gera a propagação da dominação mundial da produção do capital: do que produzir, onde produzir e como produzir, fomentando a dominação e alienação dos trabalhadores, passando-se ainda a obter o controle total da distribuição do excedente no interior de cada estado nas relações interestatais, bem como nas relações inerentes aos fluxos das grandes corporações transnacionais.

Neste cenário, com o empoderamento das corporações e a minimização do papel do Estado sugerem constantes redefinições dos meios e fins relativos ao processo de colonialidade nos países periféricos, através de meio distintos de exploração e estratificação social implementados com o respaldo do Estado – tendo em vista a incursão do discurso hegemônico desenvolvimentista no interior dos países – que passa a justificar e motivar os processos de colonialidade através das dominações e explorações regionais⁸. Enrique Dussel,

⁶ BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. Dissertação, 1985, p. 03.

⁷ SANTOS, Theotonio dos. Imperialismo y dependencia. 5 ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011, p. 07.

⁸ La política globalizadora y neoliberal redefine las empresas y los países con sus redes internacionales, intranacionales y transnacionales. El mundo no puede ser analizado si se piensa que una categoría excluye a las otras. En cuanto a las relaciones de dominación e explotación regional, las redes articulan los distintos tipo de comercio inequitativo y de colonialismo, así como los distintos tipo de explotación de los trabajadores, o las

ao interpretar os dizeres de Marx, procura demonstrar que as preocupações de Marx atingiram esse campo e apresentam congruência com a realidade latino-americana neste aspecto.

Prólogo de El Capital de 1867:

Se trata de estas leyes mismas, de esas tendéncia que operan y se imponen com férrea necesidad (Nothwendigkeit). El país industrialmente más desarrollado (entwickeltere Land) no hace sino mostrar ao menos desarrollado (minder entwickelten) la imagen de su próprio futuro.

Y Marx se está refiriendo aqui al hecho de que “ la sede de esse modo de producción es, hasta hoy, Inglaterra”, y por ello Alemania no debe desenterarse porque “en el futuro” le tocará todo lo analizado: “ A ti se refiere la historia! (De te fabula narratur!)”. ES, como diríamos hoy en América Latina, uma posição claramente “desarrolista”⁹.

Theotonio dos Santos descreve com maestria os efeitos do imperialismo, enquanto fase contemporânea do sistema capitalista que prioriza e empodera as ações derivadas das grandes corporações transnacionais

Nesse contexto, vislumbrando as decorrências futuras do imperialismo contemporâneo enquanto este assentava-se como propulsor da economia mundial que se estabelecia, o autor em questão ainda alerta que essa nova fase do capitalismo sustentada pelas corporações transnacionais daria origem a uma nova divisão internacional do trabalho.

Dessa forma o modelo que estava por firmar-se geraria indubitavelmente, a industrialização e a implantação de tecnologias de origem química e científica nas matérias-primas – produtos de origem primária responsáveis cuja produção fomenta a economia dos países periféricos – e sua consequente exportação aos centros dominantes, sendo que estes se especializariam então na exportação de bens e serviços de cunho altamente tecnológico, capazes de gerar sua dependência para a produção dos produtos primários pela periferia: “*elevando a niveles altísimos el parasitismo típico de las potencias imperialistas*”¹⁰.

La célula de esta economía internacional es un nuevo tipo de empresa que trasplanta hacia la escala mundial las poderosas técnicas de apropiación. Administración y control privados de los resultados de la concentración tecnológica y económica, de la monopolización, de la centralización, de la conglomeración y de la intervención estatal. Este nuevo tipo de empresas vino a superar los antiguos trusts y cárteles que tenían una relación de complementariedad comercial com sus actividades en el exterior, desarrolladas en función del intercambio entre la exportación de

distintas políticas de participación y exclusión, de distribución y estratificación por sectores, empleos, regiones (CASANOVA, Pablo Gonzalez. Colonialismo interno: uma redefinição. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 426, 427).

⁹ DUSSEL, Enrique. El último Marx (1863-1882) y la liberación latino americana. Mexico: Siclo Veintiuno, 1990, p. 244.

¹⁰ *Ib Idem.*

manufacturas desde los centros industriales y la importación de productos agrícolas y materias primas desde los países subdesarrollados. Las modernas corporaciones multinacionales, no solo aumentaron significativamente el papel de los negocios internacionales en el conjunto de sus actividades, también se dedicaron a producir para el mercado interno de los países que reciben sus inversiones¹¹.

Neste momento observa-se a ocorrência de um das formas do processo de reprodução do capital descrito por Marx, em escala maior e talvez mais complexa, a qual apresenta perfeita adequação aos efeitos do imperialismo contemporâneo, assim como à colonialidade imposta e a decorrente dependência.¹²

E isso se afirma tendo em vista que considerando a relação centro-periferia, verifica-se que os países periféricos configuram-se como dependentes em virtude da tecnologia necessária para a produção primária, tecnologia esta pertencente aos países do centro; sendo também dependentes dos países do centro para transformar a produção primária em capital.

Ou seja, a dependência em via dupla coaduna-se com o pensamento de que os meios de produção (neste caso representados pela tecnologia e industrialização), indispensáveis para o emprego da força de trabalho, geram a mercadoria (produção primária), responsável pela sustentação econômica dos países periféricos (meios de subsistência), cuja transformação do capital depende dos países do centro pela compra dos produtos primários, dando origem à exploração contínua e incessante.

A grande questão é que o uso de estratégias discursivas que privilegiam a reprodução do capital e a incorporação dos ditames provenientes do sistema capitalista, acabam por asseverar o processo de uma nova colonialidade, através da geração de uma contínua dependência socioeconômica da América Latina em relação aos países ditos desenvolvidos. Nos dizeres de Porto-Gonçalves, desde sempre a modernização de acordo com os parâmetros eurocentristas, acaba por difundir a colonização¹³.

¹¹ SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y dependencia*. 5 ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011, p. 9-10.

¹² A coisa muda de aspecto quando consideramos não o capitalista e o trabalhador isolados, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora; não o processo de produção isolado, mas o processo de produção capitalista em sua continuidade e em toda a sua extensão social. Quando o capitalista transforma parte de seu capital em força de trabalho, aumenta ele o valor do seu capital global. Com uma cajadada, mata dois coelhos. Lucra não só com o que recebe do trabalhador, mas também com o que lhe dá. O capital que fornece em troca da força de trabalho se converte em meios de subsistência, cujo consumo do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho explorável pelo capital, produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador (MARX, Karl. *O Capital – crítica à economia política*. Vol. I. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: p. 667).

¹³ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 65.

Em virtude de tais aspectos, o *lobby* de grandes corporações e de estados ditos desenvolvidos - que sempre apresentam consonância com a política da nova colonialidade – originam discursos permissivos com significação ambígua que promovem a deixa de se sobrepor interesses econômicos em nome de toda e qualquer política governamental de forma mascarada.

O documentário *The corporation* de produção canadense, ganhou grande notoriedade neste país por denunciar os objetivos reais das corporações no contexto capitalista e as atrocidades cometidas em busca do acúmulo de capital e do domínio do mercado mundial. Nesta oportunidade, além de observar o papel central das corporações para o sucesso do imperialismo contemporâneo na ordem global, verifica-se ainda submissões e concessões estatais realizadas nos países periféricos em prol de investimentos e da utilização da força de trabalho da população desses países, sob a falsa expectativa de que a exploração da periferia seria capaz de gerar condições para o alcance de metas desenvolvimentistas.

O que ocorre na verdade, é o constante aprofundamento do abismo existente entre desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, centro *versus* periferia, por meio da concentração e acumulação do capital pelas grandes corporações transnacionais em suas sedes nos países do centro.

A problemática no entanto, é que todos os aspectos atinentes ao êxito do discurso desenvolvimentista, ao reforço das condições e do processo de colonialidade, ao abismo crescente entre desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento foi impulsionado pelo advento do imperialismo e seu sucesso principalmente no que tange à dependência econômica causada pelo binômio tecnologia e industrialização *versus* produção primária. Todavia, essa relação desencadeia vários outros fatores que são determinantes para elucidar e agravar os efeitos da concentração e acumulação do capital nos países ditos desenvolvidos.

Por consequência, enquanto condição precípua para o sucesso do imperialismo na América Latina, as próximas considerações tratar-se-ão da produção primária como mantenedora do capitalismo no continente.

2- A COLONIALIDADE ATRAVÉS DO AGRIBUSINESS: A PROPULSÃO MANTENEDORA DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA.

Ao tratar-se do sucesso do imperialismo e da manutenção da colonialidade latino-americana por meio do *agribusiness*¹⁴, é imprescindível rememorar as considerações de Dinarte

¹⁴ *Agribusiness* é a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção dentro da fazenda; o armazenamento, processamento e distribuição de

Belato quando este assevera que a estratégia de dominação da periferia pelo centro através do imperialismo, consistiria na articulação de instrumentos de ação que objetivariam a transformação das diversas formas de relações sociais existentes nos países periféricos as quais poderiam inviabilizar a implantação da dominação capitalista destes territórios por intermédio de comandos centrais na produção primária, em nível global.

Dinarte Belato afirma, que o principal efeito do imperialismo nesse contexto consiste:

... na destruição das variadas formas históricas da organização, do trabalho e do excedente camponês mediante uma estratégia concentrada no sentido de eliminar os mecanismos de autonomia e identidade camponesa, de extrair-lhe do controle as instâncias de poder e representação e de anular-lhe o potencial revolucionário oriundo da transformação das relações de produção promovidas pelo capital. Nesta direção, o capital internacional desenvolveu e privilegiou estratégias globais inseridas na dinâmica da ação imperialista expressas pela intervenção direta das agências internacionais mediante a implantação dos serviços de extensão e crédito rural e no controle rígido da tecnologia tanto insumística, quanto técnica de valorização do capital¹⁵.

Denominado de Revolução Verde, o processo antes citado teria como condão a contínua modificação das práticas de produção primária em prol da mecanização e otimização da produção de alimentos e principalmente de *commodities* através do monopólio dos mecanismos, técnicas e produtividade de cultivos por grandes corporações e grandes produtores em grandes extensões de terra.

Acerca do assunto, vários foram os efeitos decorrentes da modernização das práticas agrícolas, com o processo de modernização da produção primária só aumentaram as desigualdades socioeconômicas e os desequilíbrios ambientais no espaço agrário.

Os benefícios decorrentes da Revolução Verde restaram concentrados nas mãos de alguns produtores e obviamente nos investidores das grandes corporações, tendo em vista que a aplicação dos recursos se deu de forma extremamente excludente favorecendo os grandes proprietários que controlavam grande parte das terras e da produção, em contrapartida, tal modelo produtivo “sufocou” o pequeno produtor de base familiar que não conseguiu dispor de crédito para modernizar a sua produção visando a integração ao mercado urbano-industrial.

Nesse contexto, o modo de destruição das relações sociais postas nos países periféricos, com a transformação de tais relações para os padrões desejados pelo imperialismo,

produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir dele (OLIVEIRA, José Adilson de. O que significa agronegócio? Disponível em: <http://www.seea.org.br/artigojoseadilson2.php> - Acesso em 14 de dezembro de 2015.

¹⁵ BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. Dissertação. 1985.p. 12-13.

se daria primordialmente em sociedades de população predominantemente camponesa, através de uma nova estruturação do modelo de produção primária instituído até então: se passaria a desconsiderar e desprestigiar a produção tradicional e familiar em favor de uma produção primária baseada nos comandos capitalistas sob a égide do imperialismo.

Dessa forma, controladamente ocorreria então um movimento duplo de subordinação dos camponeses ao capital através da subordinação destes às regras capitalistas de produção, ou através da expulsão do excedente populacional, incapaz de se adequar a tais regras, do campo.

Para o imperialismo, o campesinato deixou de ser, em boa medida, um barril de pólvora revolucionário. Hoje, já é possível perceber que o imperialismo, ao mesmo tempo em que manejava os instrumentos políticos, ideológicos e econômicos da integração do campesinato ao capital, neutralizava-o, quer pela subordinação direta da produção, quer pela exclusão dos excedentes de população que ele inevitavelmente produz. A rigor, a nível mundial, o campesinato, em sua forma histórica específica própria a cada região, já não mais existe ou está em vias de desaparecer. O que existe, o que sobreviveu é um campesinato crescentemente integrado por força da penetração do capital diretamente no processo produtivo agrícola¹⁶.

As consequências decorrentes de um modelo imperialista baseado tão somente na acumulação de capital e na exploração de mão-de-obra dos países periféricos decorreriam de de um modelo agrário/agrícola – denominado de *agribusiness* pelo próprio imperialismo, em virtude de suas características peculiares - que não só tende para a concentração fundiária e de capital como referido anteriormente, mas também pela exigência elevada de capital para sua incorporação e manutenção¹⁷.

Certo é que as referidas condições acabam por impedir a democratização do modelo, assim como diminuem consideravelmente a mão-de-obra empregada, além da participação do trabalho na distribuição de renda nesse complexo produtivo como um todo. Dessa forma, o que se observa é justamente a compensação da queda de preços dos produtos primários por uma extrema concentração de capital e, por conseguinte, um setor estratégico,

¹⁶ BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. Dissertação. 1985.p. 89

¹⁷ No processo de objetivação do mundo, o valor de troca desvinculou-se de sua conexão com o real, a economia se desprende da condição de materialidade da natureza e da necessidade humana; a generalização dos intercâmbios comerciais se converteu em lei universal, invadindo todos os domínios do ser e os mundos de vida das gentes. Com a invenção da ciência econômica e a institucionalização da economia como regras de convivência universais, teve início um processo de cinco séculos de economização do mundo. Tal processo de expansão da racionalidade econômica chegou a seu ponto de saturação e a seu limite, por efeito de sua extrema vontade de globalizar o mundo devorando todas as coisas e traduzindo-as aos códigos da racionalidade econômica, razão que sustenta a impossibilidade de pensar e agir conforme as condições da natureza, da vida e da cultura. Esse processo econômico não pode absorver; mas, além disso, através de sua crença fundamentalista e totalitária, se encrava no mundo destruindo o ser das coisas – a natureza, a cultura, o homem – para reconverte-las a sua forma unitária e universal (LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Trad. Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006,p. 143-144).

como o da produção de alimentos, se desloca para as mãos de umas poucas empresas transnacionais: “a produção de alimentos se coloca, assim, como um risco num setor da atividade humana cujo objetivo era exatamente o da segurança alimentar”¹⁸.

Sob esses argumentos, Ronaldo Busnello evidencia o destoamento de políticas governamentais voltadas ao trabalhador em benefício dos investimentos de grandes corporações, assim como a inversão de valores impregnada pela elite abastada do continente latino-americano, que passa a privilegiar colonizadores em detrimento dos colonizados, ainda que este continente figure como sujeito colonizado sob a égide do imperialismo:

Menos do que discutir as medidas uma a uma, é importante evidenciar que seu caráter geral é nitidamente flexibilizador e desregulamentador com vistas à redução dos custos de mão-de-obra no Brasil. Como já assinalamos, há o pressuposto de que os custos do trabalho – que seriam elevados – são um impedimento à competitividade das empresas e à geração de empregos no mercado formal¹⁹.

Nesta senda, embora os ideais insertos na modernização e industrialização da produção primária estejam atrelados ao atendimento das necessidades humanas, justificando-se em larga medida pelos paradigmas da segurança alimentar, o que se vislumbra realmente é a sobreposição do *lobby* de corporações de ordem transnacional em detrimento de todo e qualquer paradigma favorável ao efetivo desenvolvimento latino-americano, que acabam por caracterizar-se como meio para o alcance de grandes lucros de forma a fomentar a monopolização da utilização da força de trabalho e de importantes meio de produção em prol do capital hegemônico.

Nesse sentido, observa-se que os objetivos elencados quando do surgimento da Revolução Verde contrapõem substancialmente as finalidades engendradas pelas grandes corporações, cujo centro de todo e qualquer tipo de ação nesta seara está intimamente relacionada com a obtenção de lucros e a dependência dos manejos junto ao agroecossistemas para com o mercado mundial. Dessa forma, não resta dúvidas que diante da presente contraposição entre ideais justificadores e ações implementadas, no que diz respeito à Revolução Verde, alguma vertente há de ser prejudicada e nulificada em favor daquela que

¹⁸ BARROS, Lânderson Antória. SALAMONI, Giancarla. COSTA, José Antonio Vidal da. Reflexões sobre a agroecologia: em busca de uma agricultura sustentável. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3020> – Acesso em 01 de agosto de 2015, p. 280.

¹⁹ BUSNELLO, Ronaldo. Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=ronaldo+busnello+pdf&oq=ronaldo+busnello+pdf&aqs=chrome..69i57.56l4j0j4&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8#q=ronaldo+busnello+pdf&start=20 - Acesso em 15 de novembro de 2015, p. 39-40.

apresenta maiores vantagens e atende o interesse dominante, no presente caso o interesse hegemônico dominante²⁰.

Porto-Gonçalves, ao tratar do assunto refere os diversos prejuízos advindos do presente modelo de utilização do modelo de produção imposto pelo imperialismo, assim como o advento de diversos riscos os quais deveriam ser solucionados pela Revolução Verde, mas que acabam por ser exaltados em função do desvirtuamento dos objetivos insertos no então modelo *agribusiness*, ou ainda em função da instituição de paradigmas puramente conceituais, que justificariam a imposição do *lobby* das grandes corporações²¹.

Por consequência, o que se observa é a ocorrência de diversos fenômenos perversos em desfavor da agrobiodiversidade, assim como no que tange as necessidades humanas incisivamente. A questão atinente a segurança alimentar, por exemplo, passa a assumir grande conotação a partir do momento em que se percebe o quão nefasto se mostra a redução da diversidade agrícola – no que diz respeito a disseminação de culturas – e o implemento de agroquímicos de toda ordem, cujo objetivo cinge-se em garantir maior produtividade e lucratividade.

Portanto, a Revolução Verde consiste em fenômeno capaz de desestruturar o modelo de práticas de produção primária construído pelo homem durante milênios, de forma que o agroecossistema passou a ter interferências de grande monta e extremamente prejudiciais para a agrobiodiversidade, cujo retorno caracteriza-se pela insurgência de preocupações quanto a possibilidade de insegurança alimentar, a diminuição da diversidade agrícola e o uso de agroquímicos que interferem negativamente na saúde humana, a destruição do meio ambiente como um todo, assim como a extinção de diversas espécies de plantas em virtude do desaparecimento de sementes criolas e a dependência crescente do agricultor no que tange as sementes, insumos e agroquímicos provenientes de grandes corporações transnacionais.

El capitalismo busca desviar la atención de un público cada vez más consciente del desastre inminente, haciéndole creer que la tecnología, instancia en cierta medida exterior a la sociedad humana, podría superar el obstáculo. La salida – y la

²⁰ A ideia de *desenvolvimento* sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela via liberal e capitalista, como pela via social-democrata e socialista, a Europa Ocidental acreditou poder universalizar-se. *Desenvolvimento* é o nome-síntese da ideia de *dominação da natureza*. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria. Assim, a crítica à ideia de desenvolvimento exigia que se imaginasse outras perspectivas que não as liberais ou socialistas ou, pelo menos, que essas se libertassem do desenvolvimentismo que as atravessava. Por fazerem a crítica a essa ideia-chave de desenvolvimento, os ambientalistas, com frequência, se veem acusados de querer voltar ao passado ao estado de natureza, enfim, de serem contra o progresso e o desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza a e natureza da globalização. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 62).

²¹ Idem, p. 280.

oportunidad – residirían en el “crecimiento verde”. Habrá que desconstruir, incluso, esa ilusión que a lo único que apunta es a perpetuar el sistema de dominación vigente. El futuro no está en una reactivación basada en la tecnología, sino en una nueva organización de las relaciones sociales. Los desafíos actuales exigen salir de la lógica del beneficio máximo e individual para crear economías cooperativas que apunten al respeto de los seres y del entorno natural.

El capitalismo se apresta a concluir su corta existencia. Tras dos siglos de desarrollo extraordinario, apoyado en una transformación técnica cuya importancia es comparable al descubrimiento de la agricultura por parte de las sociedades de cazadores durante la revolución neolítica, hace diez milenios, la humanidad se desembarazará de esta forma transitoria, eficaz pero violenta, exuberante pero neurótica. Podemos salir del capitalismo superando los escollos inevitables que aparecerán, o sumergirnos en el desorden que, en su ceguera y en su egoísmo, provocará una oligarquía aferrada a sus privilegios. Lo que inclinará la balanza será la fuerza y la velocidad con las que podamos recuperar e imponer la exigencia de la solidaridad²².

Certo é que a ordem capitalista mundial tem o poder de impor seus instrumentos de dominação de forma homogênea: através do estabelecimento de novos padrões de relações sociais que facilitam ou incrementam a acumulação do capital, através da dependência de nações não hegemônicas aos subsídios tecnológicos provenientes dos países dominantes, assim como por meio da modificação da estrutura governamental dos países periféricos que passam a subordinar as políticas estatais aos auspícios das grandes corporações, formando um círculo vicioso que agrava e sedimenta constantemente a situação de dependência²³.

As lições de Dinarte Belato demonstram que os métodos de estabelecimento das conjecturas pertinentes à Revolução Verde na América Latina contaram substancialmente com a parceria do Estado através do estabelecimentos de políticas públicas que facilitavam a adesão dos camponeses ao modo de produção capitalista, como por exemplo a concessão de créditos especiais para o fomento da produção nestes termos tão somente, assim como a disponibilização de métodos educacionais que viabilizariam a estrutura lógica da produção com a utilização obrigatória dos meios de produção provenientes das grandes corporações.

²² KEMPF, Hervé. Para salvar el planeta salir del capitalismo. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010, p.16.

²³ La crisis del sector exportador tiene una característica secular en la medida en que el control monopolístico del comercio mundial y la sustitución de productos naturales por sintéticos configuran una situación de términos de intercambio negativos para las materias primas y productos agrícolas. Asimismo, la crónica debilidad de la balanza comercial y la dependencia de la importación de maquinarias y materias primas industrializadas para el desarrollo industrial dependiente aumentan conjuntamente con el crecimiento de la industrialización y de manera aún más dramática la obliga a aceptar las condiciones impuestas por las empresas transnacionales y por el aparato financiero o de ayuda económica que exigen que las maquinarias y materias primas sean importadas en escala creciente como parte de las inversiones extranjeras. Al mismo tiempo esas inversiones elevan a niveles gigantescos las remesas de utilidades y, por lo tanto, el déficit de la balanza de pagos. Para pagarlo se recurre cada vez más al endeudamiento internacional cuyos elevados servicios forman, en consecuencia, una parte creciente y fundamental del déficit de la balanza de pagos (SANTOS, Theotonio dos. Imperialismo y dependencia. 5 ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011, p. 27-28).

Assim, o capital financeiro dá acesso às mercadorias capitalistas necessárias à produção e com elas às correspondentes práticas: “os agricultores obtêm crédito para comprar sementes, fungicidas, equipamentos e animais para melhorar suas operações agrícolas”. Os camponeses selecionados para receber crédito são intensamente “educados” para se adaptarem às novas condições e, ao mesmo tempo, funcionam como “modelos”, neste sentido é importante que participem “de outros projetos da ACAR, como aulas, demonstrações, reuniões de grupos e serviços educacionais semelhantes”²⁴.

É justamente neste ponto que observa-se a concretude da alienação humana por meios educacionais através do trabalho enquanto forma de estabilização e aprofundamento da colonialidade latino-americana. Quando Marx expõe a diferença entre o trabalho humano e o trabalho efetuado pelos demais seres vivos, ele coloca como ponto central desta diferenciação a possibilidade de idealização mental do que será produzido, pelo homem.

Ou seja, em tese é característica humana estabelecer mentalmente o resultado desejado através do trabalho que se realizará, Marx afirma:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade²⁵.

O que ocorre no processo de colonialidade incorporado factualmente através do imperialismo e da Revolução Verde é justamente a alienação da consciência humana enquanto facilitador da exploração em massa e da acumulação de capital, Não é dado ao trabalhador o direito de idealizar sua produção, os métodos educacionais disseminados pelas grandes corporações em parceria com o Estado é que vão definir o que produzir, como produzir, com que meios produzir e para quem produzir.

O processo de trabalho passa a conter divisões nesta seara: o produtor primário somente executa as operações, mas quem imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, são as grandes corporações. O trabalho humano perde assim, o seu ponto diferencial no processo de trabalho com relação aos demais seres vivos, em virtude da colonialidade²⁶.

²⁴ BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. Dissertação. 1985, p. 17-18.

²⁵ MARX, Karl. O Capital – crítica à economia política. Vol. I. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p.211 – 212.

²⁶ ...os pores práticos mediados, muitas vezes de uma forma bastante complexa, produzidos pela divisão do trabalho, também têm um caráter causal-teleológico, só que com uma diferença muito importante em relação ao

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão atinente aos efeitos do imperialismo através da Revolução Verde, o desencadeamento da colonialidade pós-colonialismo e sua reflexão desde o pensamento marxiano travada em dois capítulos sistematicamente interligados, é capaz de demonstrar que as questões atinentes ao processo de colonialidade vão muito além e aquém de uma dominação de territórios para evidenciar então uma dominação ontológica nos países periféricos, em benefício da acumulação de capital pelos países e grandes corporações do centro, de acordo com o pensamento de Lukacs.

Ademais, a questão levada a cabo pelo *agribusiness*, inclusive no que tange a dominação ontológica nos países periféricos, nada mais é do que a evidência do contínuo e incessante conflito de classes na seara internacional: vislumbrado pelo prisma econômico ou político internacionalmente, mas jamais aceito abertamente como um conflito cujo conteúdo é eminentemente de um conflito de classes.

Através de uma forma abstrata, ou por meio de subterfúgios conceituais, as classes se enfrentam no sistema internacional de maneira abstrata, e não maneira direta e frontal – onde o que surge como fundamentação são características econômicas e políticas que ocultam o verdadeiro antagonismo – o que leva então a obscuridade de ações estratégicas no âmbito internacional que acabam por promover o maior distanciamento entre classes.

Theotonio dos Santos, ao referir essa teoria em sua obra refere que ambas as classes ocultam o verdadeiro caráter do conflito, mas os pressupostos e objetivos de suas ações involuntariamente acabam por desvendar a luta de classes internacionalmente instaurada²⁷.

Diante de tais argumentos, buscando-se sanar a problemática que induziu a presente pesquisa, tem-se que o processo de colonialidade observado desde o pensamento marxiano tem na Revolução Verde – impulsionada veementemente pelo imperialismo – o alcance de seu auge em função de duas características precípuas: a América Latina é constituída de países

próprio trabalho: a de que os fins que os provocam e que por eles são realizados não estão direcionados diretamente para um caso concreto do metabolismo da sociedade com a natureza, mas visam influenciar outras pessoas no sentido de que elas, por sua vez, efetuem os atos de trabalho desejados por quem os põem. Nesses casos, o tamanho da cadeia de mediações não tem importância decisiva; o importante é que o respectivo pôr teleológico esteja disposto a influenciar a consciência de outra pessoa (ou mais pessoas) num determinado sentido, levá-la a um pôr teleológico desejado. Por mais diferentes que possam ser, nesse caso, os fins e os meios (do uso direto da violência na escravidão e servidão até as atuais manipulações), o seu “material” nem de longe é tão inequívoco quanto no trabalho propriamente dito, no qual só existe a alternativa objetiva ou não (LUKACS, Gyorgy. Para uma ontologia do ser social. Vol. 2. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 261).

²⁷ SANTOS, Theotonio dos. Imperialismo y dependencia. 5 ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 201, p. 38.

independentes, os quais nunca foram tão dependentes socioeconomicamente dos países do centro sem que houvesse uma relação de domínio formal; este processo de colonialidade em que não há relação de domínio formal é fortemente cristalizado através da alienação ontológica no continente, através de discursos hegemônicos imperialistas e por fim; os conflitos enrustidos entre centro – periferia fazem parte de um conflito internacional de classes, não admitido mas insertos nos pressupostos e objetivos engendrados por ambas as classes.

REFERÊNCIAS

BARROS, Lânderson Antória. SALAMONI, Giancarla. COSTA, José Antonio Vidal da. Reflexões sobre a agroecologia: em busca de uma agricultura sustentável. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3020> – Acesso em 01 de agosto de 2015, p. 280.

BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. **Dissertação**. 1985.

BUSNELLO, Ronaldo. **Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas**. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=ronaldo+busnello+pdf&oq=ronaldo+busnello+pdf&aqs=chrome..69i57.5614j0j4&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8#q=ronaldo+busnello+pdf&start=20 - Acesso em 15 de novembro de 2015.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. **Colonialismo interno: uma redefinição**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latino americana**. Mexico: Siclo Veintiuno, 1990.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUKACS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. Vol. 2. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital** – crítica à economia política. Vol. I. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

OLIVEIRA, José Adilson de. **O que significa agronegócio?** Disponível em: <http://www.seea.org.br/artigojoseadilson2.php> - Acesso em 14 de dezembro de 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): **Expropriação, Violência e R- Existência**. 2014.

QUENTAL, Pedro de Araujo. **Dilemas da integração regional na América do Sul**: a lógica territorial da IIRSA e suas implicações socioespaciais. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Disponível em:
http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131013100118/Quental_trabalho_final.pdf -
Acesso em 22 de novembro de 2015.

QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, identidad y utopia na America Latina**. Lima: Sociedad y Política, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. 5 ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.